



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 13 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 25 de janeiro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO

PROTEÇÃO - Sindicalistas cobram mais medidas contra importados 1
VEICULAÇÃO LOCAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Argentina reduz prazo para aprovar importação 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Empresas do país devem investir em ciência 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Mercadante: todos de 4 a 17 anos na escola 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Investimento no País cobre rombo recorde nas contas externas 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Gates: "Brasil tem de ajudar países pobres" 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Indústria perde ritmo em dezembro, diz CNI 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Amazônia é fronteira energética e de recursos 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Executivos brasileiros estão mais pessimistas com cenário externo 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Governo busca mais crédito a exportador 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

"Motopeças" pede barreiras para importação 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

AMAZONAS NOTÍCIAS

Zona Franca de Manaus conquista 3º lugar em premiação latino-americana 16
VEICULAÇÃO NACIONAL

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

Argentina e China sob a mira do governo federal 17
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO		EDITORIA
	TÍTULO PROTEÇÃO - Sindicalistas cobram mais medidas contra <u>importados</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Ministro Fernando Pimentel recebeu trabalhadores e se comprometeu a estudar medidas compensatórias para alguns setores mais afetados Redação JC

Sindicalistas dos setores de tubos de alumínio, autopeças e instrumentos musicais buscam garantias do governo para combater a entrada desenfreada de produtos importados no Brasil e evitar demissões nas indústrias. Representantes das centrais e empresários dos segmentos se reuniram ontem com o ministro do Mdic (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Fernando Pimentel, para tratar do tema.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e vice-presidente da Força Sindical, Miguel Torres, o ministro garantiu que avaliará as reivindicações e que, em breve, implementará medidas compensatórias. O ministro ficou impressionado com os números que os empresários mostraram e prometeu medidas imediatas que devem ser anunciadas nos próximos dias , disse.

Torres destacou ainda que os setores mencionados são responsáveis pela geração de 50 mil empregos. São setores

em risco de acabar no Brasil pela entrada desenfreada de produtos importados. Se o governo não tomar medidas urgentes, cerca de 10 mil postos de trabalho devem ser fechados , estimou o sindicalista.

O vice-presidente da Força Sindical saiu otimista do encontro. Estamos acreditando que vão ter ações rápidas. Se não tiver, vamos ter que pressionar de outras maneiras. O que não podemos deixar é que os trabalhadores percam postos de trabalho e a indústria nacional perca a competitividade , observou.

A assessoria de imprensa do Mdic não confirmou a implementação de medidas imediatamente e disse que as propostas apresentadas serão avaliadas.

Redação JC

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Argentina reduz prazo para aprovar <u>importação</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

SYLVIA COLOMBO

Previsão era de 15 dias, segundo a nova lei; agora, fica entre 72 horas e dez dias

A Administração Federal dos Ingressos Públicos (a Receita Federal argentina) diminuiu praticamente pela metade o prazo para a aprovação das importações segundo a nova lei que regulará esses negócios na Argentina, a partir do mês que vem.

O governo havia anunciado que cada importação deveria ser feita por meio de um pedido de licença antecipada, que deve ser aprovada pela Secretaria de Comércio Interior, comandada por Guillermo Moreno.

Num primeiro momento, o governo havia dito que o prazo para a aprovação das compras seria de 15 dias.

Agora, a Afip anuncia que o trâmite deve demorar entre 72 horas e não mais do que dez dias.

O recuo do governo, que configura uma mudança nas ordens do superpoderoso Moreno, chega depois da forte reação negativa causada pela divulgação da medida.

O Brasil, principal sócio da Argentina, e o Uruguai foram os países do bloco que mais preocupação demonstraram com as novas medidas.

No caso brasileiro, o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, havia dado, na semana passada, fortes declarações afirmando que a Argentina vinha sendo um "problema permanente" para o Brasil.

Ontem, procurado, o Ministério brasileiro informou, por meio da assessoria de comunicação, que não iria comentar a resolução do governo argentino.

A data para a entrada em vigor da nova lei não foi alterada: 1º de fevereiro.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Empresas do país devem investir em ciência		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro Marco Antonio Raupp, em Brasília

Entrevista Marco Antonio Raupp

SABINE RIGHETTI

Em entrevista à Folha, novo ministro da ciência reforça papel das parcerias com setor privado

O ministro Marco Antonio Raupp, em Brasília

O físico Marco Antonio Raupp assumiu ontem o MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação) e já elegeu como prioridade o estímulo da ciência por meio de parcerias com empresas.

"Temos exemplos de sucesso na ciência brasileira. Precisamos parar de reclamar de falta de recursos e nos espelhar neles", disse.

Para o físico, que deve seguir a linha de seu antecessor, Aloizio Mercadante, a ciência que dá certo no país está nos setores de petróleo, agricultura e aviação, em que as pesquisas são feitas com a colaboração entre universidades e grandes empresas.

Em entrevista exclusiva à Folha, Raupp afirmou que quer reformular o programa espacial brasileiro. A ideia é que AEB (Agência Espacial Brasileira) e Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), duas instituições que Raupp já comandou, parem de concorrer entre si.

Folha - Qual será o maior desafio da sua gestão?

Marco Antonio Raupp - É estabelecer uma parceria com o setor produtivo para dar consistência à pesquisa tecnológica no país.

Mas poucas empresas fazem ciência no Brasil.

Temos exemplos de empresas que fazem pesquisa de ponta. O sistema de pesquisa e inovação da Petrobras levou à superação de questões importantes na produção de petróleo. Importávamos petróleo e, hoje, somos exportadores. Também temos o bom exemplo da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária]. Hoje, produzimos no Centro-Oeste, que até há pouco tempo não tinha nada. Isso sem falar na Embraer [Empresa Brasileira de Aeronáutica].

Temos de seguir esses exemplos. Há propostas que quero implementar para isso.

Quais propostas?

A Embrapii [Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial], que o [Aloizio] Mercadante deixa para eu implementar. O que a Embrapa fez para a agricultura a Embrapii tem de fazer para a indústria. Nesse momento em que as exportações estão caindo, isso é vital

As empresas têm de investir também. Precisamos criar condições para que elas vejam que poderão ter benefício econômico a partir de pesquisa. Esse é um grande desafio para o plano plurianual que vou desenhar para os anos de 2012 a 2015.

Falta pesquisador no Brasil?

Sim. Nossa pós-graduação se concentrou em formar pessoas para as próprias universidades. Agora, precisamos de gente para trabalhar nas empresas e nas instituições governamentais. Temos uma brutal necessidade de engenheiros. É preciso formá-los e trazer gente de fora. O programa Ciência sem Fronteiras possibilita justamente isso.

Embrapii e Ciência sem Fronteiras são projetos da gestão de Mercadante. Seu governo será de continuidade?

É o mesmo governo. Não vou reinventar a roda. Minha missão é acelerar a roda.

Há grandes projetos aprovados ainda sem recursos, como o reator multipropósito do Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares), o novo anel de luz síncrotron e a parceria com o ESO (Observatório Europeu do Sul). Qual será a sua prioridade?

Esses projetos são importantes para a ciência brasileira. É preciso viabilizá-los mesmo que tenhamos de distribuir o orçamento em vários anos. E há outros, como o programa espacial.

O programa espacial será o foco da sua gestão?

Sempre foi prioridade, mas existem muitos problemas. Sempre fui crítico à maneira como o sistema espacial está articulado, com duas instituições concorrendo entre si: a AEB e o Inpe. No Ministério, olharei para essa questão.

Inpe e AEB serão unificados?

Não, a ideia é manter as instituições de maneira que AEB e Inpe não concorram entre si. Não podemos misturar política espacial com fazer satélite. Mas Inpe e AEB têm de atuar juntas. O governo não quer as duas trabalhando separadamente porque isso é perder dinheiro.

O Inpe tem sofrido para contratar pessoas após a aposentadoria de funcionários. Como resolver essa questão?

Temos de ter um aparato legal para conseguir contratar de maneira mais flexível. Mas me pergunto se é o

Estado que deve contratar todas as pessoas para fazer pesquisa no país. É evidente que não. Por isso insisto nas parcerias com o setor privado.

As parcerias com o setor produtivo são a sua estratégia para aumentar os recursos para ciência? Hoje temos 1,1% do **PIB** em ciência. A meta para 2010 era 1,5%...

Não adianta a gente ficar falando que precisa de mais recursos para fazer um projeto se não justificamos a proposta. E precisamos buscar o dinheiro. Não podemos ficar parados esperando alguma coisa acontecer

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Mercadante: todos de 4 a 17 anos na escola		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MERCADANTE E Haddad na transmissão de cargo na Educação

Novo ministro defende verba do petróleo para Educação, e diz que quer melhorar Enem e atrair talentos para o Brasil

André de Souza

andre.renato@bsb.oglobo.com.br

MUDANÇAS

BRASÍLIA. A transmissão de cargo no Ministério da Educação foi marcada pela defesa das ações do Ministério ao longo dos últimos anos, como Prouni e Enem, mas também pelo reconhecimento de que há deficiências e necessidade de mais avanços. Entre as metas citadas pelo novo ministro, Aloizio Mercadante, está o de colocar todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos na escola até 2016.

- Continuaremos os esforços para que, até 2016, todas as crianças de 4 a 17 anos estejam na escola, conforme determina a Constituição - disse Mercadante.

O novo ministro da Educação também afirmou que lançará um programa para diminuir a defasagem da educação oferecida no campo e defendeu a aplicação de recursos do petróleo em sua área. Mas destacou que, independentemente da ampliação da verba do setor, é preciso ainda melhorar a gestão da educação do Brasil e melhorar a formação de professores.

Em relação ao Enem, marcado pela polêmica e por falhas desde sua ampliação, Mercadante fez questão de defendê-lo. Mas destacou que tomará medidas para melhorá-lo, após consulta com técnicos do Ministério e profissionais de fora.

- É o grande instrumento de democratização do acesso ao ensino superior, mediante o Fies, o Prouni, o Sisu e o Ciência Sem Fronteiras. Ele é a vital porta de acesso que tende a igualar.

Segundo Mercadante, apenas após solucionar os problemas da Educação, o Brasil poderá ser considerado um país desenvolvido.

-- O Brasil ainda não é um país desenvolvido. O que é um país desenvolvido? Existem muitas variáveis. A principal variável para mim é a Educação. Um país desenvolvido é aquele capaz de prover educação universal de qualidade.

Uma das medidas para alcançar esse objetivo passará pela atração de talentos estrangeiros e de ganhadores de prêmio Nobel.

- Nosso objetivo não é exportar cérebros, como ocorria no passado, mas atrair talentos -- disse ele.

Fernando Haddad, o ex-ministro que deu lugar a Mercadante, elogiou as medidas tomadas nos últimos anos pela pasta. Segundo ele, ações como substituição do vestibular pelo Enem e adoção do piso nacional de educação despertaram polêmicas, mas foram construídas pelo diálogo:

- O que mais me diziam era a pergunta: mas isso não vai trazer desgaste? O senhor vai acabar com o vestibular? Isso é um desgaste. Vai acabar com o Sistema S? É um desgaste. Vai brigar com os governadores pelo piso nacional? É desgaste. Mas nós, como educadores, não tememos o desgaste - disse.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Investimento no País cobre rombo recorde nas contas externas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Levantamento do Banco Central (BC) mostra que o Brasil recebeu, em 2011, o recorde de US\$ 66,7 bilhões em investimentos produtivos. O valor superou em 48% os US\$ 45 bilhões previstos originalmente pelo governo e cobriu o déficit de US\$ 52,6 bilhões das transações do País com o resto do mundo, o maior desde 1947. Mesmo com a crise internacional, a entrada de recursos superou até mesmo períodos históricos, como nas privatizações ou em 2010, quando o Brasil deixou a crise anterior mais rapidamente que o restante do mundo. Em 2012, no entanto, o quadro não deve se repetir: o BC prevê que o investimento produtivo não será suficiente para cobrir o déficit

Investimento produtivo recorde cobre rombo histórico nas contas externas

País recebeu US\$ 66,7 bi em investimento direto e teve déficit de US\$ 52 bi nas transações com o resto do mundo, o maior desde 1947

FERNANDO NAKAGAWA, ADRIANA FERNANDES /
BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Ano de marcas históricas nas contas externas do Brasil. Em 2011, o País recebeu US\$ 66,7 bilhões em investimentos produtivos, novo recorde. A cifra foi mais que suficiente para cobrir o rombo das transações do Brasil com o resto do mundo, cujo valor somou US\$ 52,6 bilhões, o maior desde 1947. Em 2012, o quadro não deve se repetir. O Banco Central prevê que o investimento produtivo não será suficiente para cobrir o déficit e será necessário usar dólares de outras fontes para fechar a conta.

Levantamento do BC divulgado ontem mostra que a entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no ano passado foi 48% maior que os US\$ 45 bilhões previstos originalmente. Mesmo com a grave crise internacional, a entrada de recursos superou até mesmo períodos históricos - como nas privatizações ou em 2010, quando o Brasil deixou a crise passada mais rapidamente que o restante do mundo.

"Os dados do investimento produtivo mostram fluxos contínuos e expressivos em 2011. Isso revela a confiança do estrangeiro com a economia brasileira", disse o chefe do departamento econômico do BC, Tulio Maciel.

O economista sênior do Espírito Santo Investment Bank, Flavio Serrano, explica o resultado pelo excesso de dinheiro disponível no mundo em um período de crise e aversão ao risco entre os investidores. "Ficou claro que o Brasil era um bom exemplo para receber investimentos produtivos. Além disso, muitas empresas não queriam investir nos próprios países, que seguem sofrendo com a crise."

Saída. Mas esse mesmo quadro favorável que atrai estrangeiros paradoxalmente também aumenta a saída de dólares do Brasil, o que explica o déficit em transações correntes recorde. Maciel minimiza a situação e diz que o rombo histórico é apenas resultado do contínuo crescimento da economia brasileira, que demanda mais bens e serviços de outros países.

Com a economia em expansão, empresas vendem mais e têm lucros maiores.

Isso ajudou, por exemplo, a aumentar a remessa de lucros feita pelas multinacionais instaladas no Brasil em 25% em um ano, para o recorde de US\$ 38,1 bilhões.

O ritmo favorável da economia também aumenta a demanda por bens e serviços importados. No ano passado, a conta para pagar o aluguel de equipamentos e grandes máquinas saltou 21% e atingiu US\$ 16,7 bilhões.

Pesou o maquinário trazido ao País pelas grandes empresas de extração mineral, como petróleo, gás e mineração.

Apesar de o rombo em dólares ser novo recorde, o resultado em relação ao PIB segue no nível histórico próximo de 2%, diz o BC. No ano passado, o déficit equivaleu a 2,12% do tamanho da economia, menos que os 2,21% de um ano antes.

Em 2012, a situação não deve se repetir. O BC prevê déficit em transações correntes de US\$ 65 bilhões, valor maior que a expectativa de ingresso de US\$ 50 bilhões em investimentos. Para fechar a conta, será, portanto, necessário usar os recursos de curto prazo - como investimentos em ações ou renda fixa. "Vamos depender um pouco do investimento financeiro, mas proporcionalmente essa diferença de US\$ 15 bilhões é pequena, especialmente porque nossas reservas já ultrapassaram US\$ 350 bilhões", diz Flavio Serrano.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Gates: "Brasil tem de ajudar países pobres"		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

No Fórum Econômico Mundial, que começa hoje em Davos, o bilionário Bill Gates, criador da Microsoft, pedirá ao Brasil que assuma maior compromisso com as nações pobres. "O Brasil deve se envolver mais na ajuda externa e assumir posição de liderança", disse ao Estado

"Brasil deve se envolver mais na ajuda externa"

Hoje no comando de uma Fundação, o bilionário vai apelar aos emergentes por maior colaboração com os países pobres

ADRIANA CARRANCA / LONDRES - O Estado de S.Paulo

Bill Gates desembarcará no Fórum Econômico Mundial, que começa hoje em Davos, na Suíça, com um apelo aos países ricos para que não cortem a ajuda externa que destinam aos países necessitados, apesar da recessão mundial.

Ao Brasil, pedirá que assuma maior compromisso com as nações pobres. "Chegou o ponto em que o Brasil deve se envolver mais na ajuda externa e assumir uma posição de liderança (no desenvolvimento global)", disse ao Estado, por telefone, o bilionário criador da Microsoft que hoje dedica o tempo à Fundação Bill & Melinda Gates.

O apelo de Gates será feito em um momento de pessimismo entre as lideranças globais - pelo menos 54% delas acreditam que em 2012 o mundo enfrentará uma ruptura geopolítica e a queda da cooperação internacional. O porcentual foi obtido pelo Índice de Confiança Global, com base em entrevistas feitas com 345 empresários, investidores e representantes de governos e organizações internacionais membros do Fórum Mundial.

Para garantir que a ajuda externa não seja reduzida, Bill Gates tentará convencer não apenas a Europa a manter os 0,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**) destinados às nações pobres, mas também os emergentes Brasil, China e Índia a aumentarem seus volumes de doações até o nível europeu.

Na carta anual que escreve a doadores e parceiros, Gates cita o Brasil como parceiro fundamental para ajudar a transferir tecnologia a países pobres, principalmente da África, e alavancar o desenvolvimento dessas regiões.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é o papel do Brasil no desenvolvimento global?

O Brasil é o único país tropical que tem feito um grande trabalho na agricultura. É líder na produção de soja e mandioca e avançou muito no conhecimento do solo, desenvolvimento de tecnologia para evitar doenças e aumentar a produtividade e assistência aos agricultores. A inovação trazida por órgãos como a Embrapa permitiu a transformação do cerrado. Nesse sentido, há muitos avanços concretos que o Brasil pode fazer no mundo.

Como a sexta maior economia do mundo, o Brasil tem feito o suficiente para ajudar os países pobres?

O Brasil tem muito com que se orgulhar sobre o que tem feito para reduzir a pobreza no próprio país e parte disso tem a ver com boas políticas públicas. Mas acho que chegou o ponto em que pode assumir projetos realmente ambiciosos para ajudar países pobres, especialmente da África, a resolverem seus problemas. Nesse sentido, o Brasil tem condições de fazer muito mais. Nós assinamos, no mês passado, um acordo com o governo local para trabalhar em alguns projetos. Com apoio do Japão, o Brasil vai ajudar a alavancar a agricultura de Moçambique, que tem 55 milhões de hectares de cerrado e 80% de população rural.

O senhor defende que os países emergentes devem contribuir no mesmo patamar que os ricos?

Absolutamente! Não espero que seja uma decisão imediata, mas países como o Brasil, antes receptores de assistência que agora deram a volta por cima, devem aumentar a ajuda gradualmente. Se alguns derem o exemplo, outros seguirão. No G20, o primeiro-ministro britânico David Cameron disse que seria mais fácil aprovar a manutenção da ajuda em 0,7% do **PIB** em seu país se outros o fizessem.

Como convencer os países a oferecer ajuda em tempos de crise?

No G20 propus a criação de novos impostos sobre transações financeiras, tabaco, emissão de carbono. Essas ideias não têm aceitação unânime, mas alguns países podem adotá-las. Agora, muitas outras coisas podem ser feitas para aumentar a ajuda externa. Brasil, Índia e China podem

contribuir não apenas com novos recursos, mas com a experiência de terem enfrentado e vencido alguns dos problemas que outras partes do mundo ainda enfrentam.

Os Estados Unidos e a Europa passam atualmente por uma recessão, com altos níveis de desemprego e o pessimismo aponta para a queda da cooperação internacional. Como o sr. vê esse cenário?

É uma questão de escolha. Nos últimos anos, reduzimos em 20% as mortes por malária, mas precisamos chegar a uma redução de 100%. Pelo menos 8,6 milhões de pessoas receberam tratamento contra tuberculose e 6,6 milhões de

pessoas tomam medicamento antirretroviral. Se os países mantiverem o compromisso com ajuda externa, teremos US\$ 10 bilhões (dinheiro destinado ao Fundo Global de Luta Contra AIDS, Tuberculose e Malária, um dos primeiros projetos da Fundação Bill & Melinda Gates) para continuar avançando. Está longe dos US\$ 14 bilhões que precisamos, mas já é significativo. Agora, se esse dinheiro for cortado o ritmo de progresso irá desacelerar na mesma medida. E isso será uma grande frustração.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Indústria perde ritmo em dezembro, diz CNI		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

CÉLIA FROUFE / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Depois de ganhar um pouco de fôlego em novembro, a indústria perdeu o ritmo e voltou a dar sinais de contração no último mês de 2011. Pela sondagem feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o nível de produção no mês passado foi para o terreno negativo e registrou 42,1 pontos. A escala vai de zero a 100 pontos. Leituras abaixo de 50 pontos indicam retração.

Além disso, a CNI identificou que o setor usou apenas 71% de sua capacidade instalada. Mais uma vez, é um indicador negativo, já que essa utilização estava em 75% em novembro e em 76% em outubro. Há um ano, a indústria opera todos os meses com a capacidade abaixo do usual para o período.

Tão ruim quanto o resultado efetivo de dezembro é a expectativa pouco otimista dos empresários para os negócios este ano. A maior preocupação dos industriais em 2012 é com a retração da demanda nos mercados doméstico e externo. Nesse cenário de consumidores menos propensos a gastar, o setor tende a reprimir investimentos, justamente o que o governo não quer que ocorra.

Este mês, os empresários recuperaram parte de suas projeções positivas em relação a dezembro. Mas a entidade não identificou o mesmo entusiasmo visto no início de cada ano, como em 2010 e 2011. "As expectativas foram mergulhando com a alta dos estoques e a redução da

atividade", disse o gerente executivo da Unidade de Pesquisa da CNI, Renato da Fonseca. Segundo ele, a perspectiva de falta de demanda tem minado o otimismo do empresariado. Principalmente, segundo Fonseca, porque o esfriamento da economia brasileira teve mais impacto na indústria do que em outros ramos. Além disso, a escassez de crédito, apontou a sondagem, voltou a incomodar os empresários.

Novo ano. Estoques mais baixos e juros em queda levaram à ligeira melhora na confiança do empresário em janeiro. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a prévia do Índice de Confiança da Indústria (ICI) teve alta de 0,6% em janeiro em relação ao mês anterior. Embora mais fraco que o de dezembro (1,1%), o resultado veio acompanhado pela melhora do Nível de Utilização de Capacidade Instalada (Nuci), de 83,4% para 83,7%, o mais elevado em seis meses, já descontadas as características específicas do período.

"A alta do Nuci mostrou que as empresas estão conseguindo se livrar dos estoques, que estavam em alta no final do ano passado", disse o economista da FGV Aloísio Campelo. A prévia abrange 802 empresas, dois terços do total do ICI, que terá o saldo integral do mês divulgado em 31 de janeiro. /

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Amazônia é fronteira energética e de recursos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sobram recursos e falta consenso sobre seu uso na maior floresta tropical do planeta; hidrelétricas ainda são polêmicas

O Brasil tem 310 Unidades de Conservação Federais, sendo 173 de uso sustentável - onde a ideia é tornar compatível a conservação com uso sustentável de parte dos recursos. Em 2006 foi aprovada a Lei de Gestão de Florestas Públicas, que permite a concessão de parte das áreas para madeiras que seguirem padrões de certificação e manejo.

Para 2012, o Plano do Outorga Florestal do Serviço Florestal Brasileiro prevê a concessão de dez florestas públicas na Amazônia, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia, somando uma área de 4,4 milhões de hectares, dos quais, 2,8 milhões podem ser concedidos. Mas a região vive clima de insegurança fundiária e não superou o dilema entre conservação e desenvolvimento.

Entre 2008 e 2009, a Amazônia perdeu cerca de 49 mil km² de áreas protegidas por extinção e redução de unidades de conservação e terras indígenas, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

No início do mês, uma Medida Provisória alterou os limites de sete UCs com o objetivo de permitir a implantação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira; Tabajara, em Rondônia; e do Complexo Tapajós, no Pará. Ao todo, foram excluídos 91.308 hectares.

"A geração de energia hidrelétrica é uma tecnologia que polariza opiniões, e projetos em grande escala exigem avaliações detalhadas sobre os custos econômicos, sociais e ambientais. Mas a transição para a economia verde não significa banir uma tecnologia e substituí-la por outra, mas sim colocar todos os fatos na mesa e escolher um caminho a seguir", afirma o porta-voz do Pnuma, Nick Nuttall.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Executivos brasileiros estão mais pessimistas com cenário externo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Arícia Martins | De São Paulo

Executivos brasileiros estão mais pessimistas que a média mundial a respeito da evolução da economia global. A conclusão é da 15ª Pesquisa Global Anual de CEOs da PricewaterhouseCoopers (PwC), divulgada ontem pela empresa em Davos, na Suíça. Nesta edição, a PwC consultou 1.258 empresas em 60 países, das quais 43 são brasileiras e representam todos os setores da economia. Dessas, apenas 5% esperam que o cenário externo melhore nos próximos 12 meses, contra 15% na média global. "Eu também não acho que vá melhorar", disse, ao Valor o presidente da PwC Brasil, Fernando Alves.

Também chama atenção o elevado grau de incerteza dos CEOs brasileiros sobre a situação econômica mundial. Enquanto na média global apenas 4% das empresas não sabiam ou escolheram não opinar sobre o ambiente internacional para este ano, no Brasil esse percentual atingiu 42%. A volatilidade do crescimento econômico é apontada por 58% das empresas brasileiras como possível ameaça à expansão dos negócios, à frente da inflação e da volatilidade da taxa de câmbio, ambas citadas por 56% dos CEOs ouvidos.

Para Alves, tanto o pessimismo como a incerteza maiores no Brasil são reflexo do recrudescimento da crise externa. "O Brasil acreditou que estava distanciado da crise, mas o aprofundamento da recessão na Europa nos faz revisitar as coisas porque isso impacta tanto a economia chinesa como a americana", afirmou. Ele observa que a demanda enfraquecida no velho continente reprime as exportações chinesas à Europa, o que diminui o crescimento do país asiático e, consequentemente, os embarques de commodities do Brasil à China.

Além disso, lembrou Alves, a União Europeia ainda figura entre os principais destinos dos embarques brasileiros, com uma fatia de 20,7% das exportações do país, atrás apenas da Ásia, que detém uma parcela de 29,9%. "O executivo percebe que o Brasil não é um mercado dissociado do mundo."

A crise na Europa foi mencionada por 49% das empresas brasileiras como evento significativo que provocou

mudanças de estratégia, gerenciamento de riscos e planejamento operacional. Também é o principal fator (citado por 60% delas) que afetou financeiramente essas companhias.

Apesar do cenário externo negativo, as empresas brasileiras ainda estão otimistas sobre o crescimento de suas receitas em 2012, mostrou a pesquisa da PwC. Dos executivos ouvidos, 42% se disseram "muito confiantes" no aumento do faturamento nos próximos 12 meses, contra 40% na média global. O percentual de companhias brasileiras confiantes, 51%, também é maior que o mundial (44%).

Segundo Alves, o resultado reflete um reposicionamento das empresas brasileiras para enfrentar a crise, que estão buscando ampliar sua atuação em mercados onde a presença do Brasil ainda é tímida. "O Brasil está paulatinamente olhando mais para fora", comentou. Todos os CEOs de empresas brasileiras consultados esperam que seus negócios aumentem na África e no Oriente Médio nos próximos 12 meses. Também há um claro interesse pela América Latina, citada por 83% dos empresários.

O mesmo raciocínio vale para as companhias de outros países, que, face ao enfraquecimento da economia na zona do euro, estão voltando cada vez mais seus olhares para os mercados emergentes. Nesse contexto, o Brasil ganhou destaque este ano na pesquisa da PwC: desbancou a Alemanha e a Índia e é o terceiro país considerado mais importante para a expansão de negócios em 2012, atrás apenas de China e Estados Unidos. Do total de 1.258 empresas consultadas, 15% citaram o Brasil como alvo para seus negócios nos próximos 12 meses. Os EUA representaram 22% das respostas e a China, 30%.

Em 2011, o Brasil estava em quinto lugar no ranking, com 11% das respostas, atrás da Índia e da Alemanha. Para Alves, o resultado deste ano é "uma medalha de bronze com significado de medalha de ouro", reflexo principalmente de uma maior estabilidade política e econômica, que acaba se transformando em vantagem competitiva.

O executivo também destacou a pujança do mercado interno brasileiro, uma taxa de crescimento respeitável - "que poderia ser muito maior" - o retorno obtido por investidores estrangeiros e o bônus demográfico do país, ou seja, uma

população jovem que integrará a força produtiva no longo prazo. Assim, acredita Alves, o **Brasil** deve seguir como

destaque nas próximas edições da pesquisa. "Temos performance e temos tamanho".

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Governo busca mais crédito a <u>exportador</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Sergio Leo | De Brasília

Novas fontes de financiamento ao comércio exterior, administradas pelo setor público mas menos dependentes do orçamento do que os atuais instrumentos oficiais, como o Proex, estão entre as principais medidas em discussão pelo governo, que a presidente Dilma Rousseff quer discutir no início de fevereiro. Os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento e das Relações Exteriores, o Banco do Brasil e o BNDES estão encarregados de apresentar à presidente as propostas para aumentar a competitividade das exportações brasileiras.

"Temos de correr atrás do que perdemos e correr à frente do que ganhamos", disse Dilma durante a reunião com os ministros, na segunda-feira, ao explicitar sua preocupação em recuperar mercados que têm se retraído para as mercadorias brasileiras e avançar nas fronteiras conquistadas nos últimos anos. Na reunião, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, detalhou o temor de reflexos negativos com a desaceleração da economia mundial, embora os epicentros da crise, Estados Unidos e Europa, tenham perdido importância relativa na pauta de exportações brasileira.

Mantega comentou que, entre 2008 e 2011, a fatia da União Europeia no mercado para exportações brasileiras passou de 22,3% para 20,5%; a dos EUA, de 14,3% para 12,4%; e também a América do Sul caiu de 16,9% para 15,9%. Todos perderam espaço para a China, que elevou sua parcela de 9,9% para 16%. Foi a diversificação de mercados que permitiu, na opinião do ministro, aumentar o saldo positivo no comércio exterior, de US\$ 24,9 bilhões em 2008 para US\$ 29,8 bilhões em 2011. Esse é um dos motivos pelos quais,

segundo a cúpula da equipe econômica, o país precisa adotar medidas para garantir a competitividade dos exportadores e manter a expansão.

Um exemplo do que pode ser feito, segundo um dos participantes da discussão das novas medidas de financiamento, foi o Fundo de Financiamento às Exportações (Fefex) criado pelo plano Brasil Maior e aprovado no ano passado pelo Congresso, para financiamento de pequenas e médias empresas, especialmente nos setores de têxtil, couro, cerâmicas e software. O fundo poderá ter participação do setor privado, mas necessita de regulamentação, para constituir linhas de crédito a serem oferecidas sem necessidade de aprovação para cada operação financeira específica.

Os técnicos do governo avaliam que, embora o setor privado se encarregue de boa parte dos financiamentos à exportação, é o governo, por meio do Proex, que garante a equalização dos juros, cobrindo a diferença entre as taxas cobradas no país e as do mercado internacional. Está em discussão um reforço nas linhas existentes (que receberam cortes na programação orçamentária de 2012). Assim o Fefex para pequenas e médias empresas, devem ser criados instrumentos para setores específicos.

Dilma quer atenção especial aos programas de financiamento de mercadorias para África e América do Sul, que considera os mercados com potencial de maior dinamismo nos próximos anos. Mas, como deixou claro na reunião, não admite que os mercados tradicionais fiquem de lado. Apesar dos bons resultados na captação de investimentos, a presidente não quer que o comércio tenha peso negativo sobre as contas externas em 2012.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO "Motopeças" pede barreiras para importação		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por João Villaverde | De Brasília

O governo está em alerta contra as importações de instrumentos musicais e de "motopeças", as partes e peças para motocicletas. Empresários do setor formalizaram ontem ao Ministério do Desenvolvimento pedidos de licença não automática para as importações, de forma a garantir à indústria nacional igualdade de condições com os bens adquiridos do exterior. O Valor apurou que a área técnica do Ministério começa a estudar, hoje, as importações nos dois segmentos, para definir se os pedidos serão acatados ou não.

Ontem, o ministro Fernando PIMentel e a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, receberam empresários dos dois setores, acompanhados do deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), que também é presidente da Força Sindical, e Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. PIMentel solicitou à secretária que estudasse as importações dos dois setores.

Atualmente, existem no país cerca de 200 fabricantes de instrumentos musicais, segundo os empresários. A Argentina é o principal mercado consumidor da produção brasileira, mas as vendas para o país vizinho estão em queda. Na reunião com o ministro, os empresários criticaram o patamar da taxa de câmbio (que torna o importado mais barato e reduz a remuneração das exportações), mas apontaram as

"importações irregulares" como o principal foco dos problemas.

Pouco mais de 18 mil trabalhadores estão empregados na produção de instrumentos musicais e outros 25 mil nas fábricas de "motopeças". Entre 2010 e 2011, os dois setores demitiram, de acordo com os sindicalistas, 9.000 trabalhadores, devido ao fechamento de fábricas que não conseguem competir com o produto importado.

Os sindicalistas cobraram a inclusão do setor de partes e peças para motocicletas nas medidas de elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos com menos de 65% de conteúdo nacional, tomada em setembro do ano passado. "As importações estão varrendo a indústria nacional e o governo está fazendo vista grossa, porque o consumo ocorre sobre os importados", disse o presidente da Força Sindical.

Para Torres, "esse consumo pode não se sustentar para sempre, uma vez que a indústria segue cortando vagas, e assim, com menos renda e mais desemprego, a demanda vai ser menor e o governo vai aprender da pior forma", afirmou.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO Zona Franca de Manaus conquista 3º lugar em premiação latino-americana		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

No ano que completa o seu 45º aniversário, o modelo **Zona Franca de Manaus** inicia suas comemorações com a conquista do 3º lugar entre as áreas incentivadas da América Latina. O reconhecimento veio por meio do **Garladão da Zona Franca 2011**, prêmio concedido durante a **Conferência Latino-Americana das Zonas Francas**, realizada, em outubro, em Antigua, Guatemala.

A premiação é promovida pelo Comitê das Zonas Francas das Américas onde concorreram, em 2011, as zonas francas de PIISA (República Dominicana), a do Pacífico e a de Bogotá (Colômbia), a Zonoamérica (Uruguai) e a de **Manaus**. O primeiro lugar foi para a Zonamérica do Uruguai, enquanto a **Zona Franca** do Pacífico ficou com o segundo lugar. Vale lembrar que somente a América do Sul e o Caribe possuem 188 zonas francas.

A escolha das vencedoras partiu de um júri integrado pelo presidente da Associação Norte-americana de Zonas Francas, Will Berry, do presidente da Associação de Zonas Francas da Espanha, José Luiz Rodrigues e do especialista em **comércio** de integração, do Banco Interamericano de **Desenvolvimento** (BID), Jaime Granados.

A escolha das vencedoras teve como critérios a promoção de inovação, atração de investimentos, logística, infraestrutura, geração de emprego e transferência de tecnologia, entre outros fatores. “O momento de crescimento contínuo no faturamento do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, na geração de empregos e atração de novos investimentos, certamente contribuiu para que a **Zona Franca de Manaus** fosse contemplada com o destaque entre as demais áreas incentivadas da América Latina”, comemorou o **Superintendente** da **ZFM**, Thomaz Afonso Nogueira.

Os dados dos Indicadores da **Superintendência** da **Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)** registram que o faturamento do **PIM** saltou de US\$ 26 bilhões em 2009, para US\$ 35 bilhões, em 2010. A expectativa é que os indicadores de dezembro, ainda em fase de levantamento, devem confirmar o faturamento de US\$ 40 bilhões, em 2011.

	VEÍCULO JORNAL DO COMÉRCIO - RS		EDITORIA
	TÍTULO Argentina e China sob a mira do <u>Governo Federal</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Feira Nacional da Indústria da Moda (Fenim) começou ontem em meio à polêmica gerada pela Resolução 3.252, criada pelo governo da Argentina para ampliar os prazos de concessão de licenças automáticas de **exportação**. Durante a abertura do evento, em Gramado, o secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic)**, Alessandro Teixeira, disse estar acompanhando de perto as repercussões junto aos mais diversos segmentos produtivos do País. Na indústria têxtil, os temores de abalo nas relações comerciais com o país vizinho se refletem em menor escala, pois a entrada de produtos chineses ainda configura o principal motivo de preocupação.

Por isso, o secretário-executivo anunciou que trabalha em conjunto com a Associação Brasileira de Indústria Têxtil (Abit) na formatação de medidas de proteção contra os impactos da China no setor. As salvaguardas estudadas podem contemplar sistemas de cotas e até mesmo sobretaxas aos produtos **importados**. Segundo ele, a defesa se mostra necessária, mas deve ser feita em convergência com as regulamentações da Organização Mundial do **Comércio** (OMC).

"De maneira alguma colocaremos em xeque a credibilidade que o País adquiriu no cenário internacional. No entanto, temos medidas fortes de salvaguarda e antidumping que podem ser aplicadas e devem impactar todas as pontas da indústria nacional", revela.

Teixeira não detalha os planos, mas adianta que o processo aguarda um protocolo dos pedidos da Abit. O **Mdic** já assumiu o compromisso de analisar a proposta em um prazo de três meses, assim que o pleito for encaminhado ao governo. "O Importômetro lançado pela Abit na segunda-feira vem de encontro a isso. Um dos papéis da entidade é fazer também um trabalho de conscientização do consumidor, justamente quanto à escolha entre os **importados** e os produtos nacionais", defende.

Mesmo identificando a necessidade de medidas para reduzir o impacto dos produtos chineses, Teixeira defende que a indústria não esqueça de olhar o **mercado** interno. "Nossas **exportações** são baixas, inferiores a 10% do **PIB** que está acima de R\$ 2 trilhões, e os embarques representam R\$ 256

bilhões deste valor. Neste aspecto, a defesa da indústria nacional é muito **importante**, pois o nosso **mercado** interno ainda é o grande balizador da economia nacional", analisa.

Para o diretor da Fenim, Julio Vianna, o governo está preocupado, principalmente, com os contrabandos e não apenas com os **importadores**. "Na feira mesmo, são poucas as empresas que **importam**. E as compras externas são apenas de produtos que já não se consegue produzir em função da concorrência. A grande indústria está **importando** de maneira massiva e isso, aliado aos contrabandos, é preocupante", analisa. No entanto, Vianna conclui que concorrência chinesa é inevitável. "Vamos ter de nos adequar como já foi feito pela Europa e pelos Estados Unidos. Por isso, há certa necessidade e urgência nestas medidas, que não devem demorar a serem anunciadas", defende.

Teixeira minimiza os efeitos de resolução, mas não descarta ação

Na abertura da Fenim, o secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic)**, Alessandro Teixeira, disse acompanhar com cautela as repercussões da decisão da União Industrial Argentina (UIA) que amplia os prazos de concessão de licenças automáticas de **exportação**. No entanto, ele afirma que o governo está pronto para agir, caso a situação exija. O que é preciso deixar claro é que o governo brasileiro não vai titubear em defender a indústria nacional. Se nós tivermos problemas com a resolução, vamos endurecer. Se percebermos qualquer dano, o governo vai agir o quanto antes para proteger a indústria, afirma sem antecipar que espécies de retaliações podem ser tomadas.

Eu diria que estamos tranquilos, mas ao mesmo tempo cautelosos. Não queremos que isso afete as **exportações** nacionais de nenhuma maneira e o governo argentino sabe desta nossa postura, pois já tivemos a oportunidade de comunicá-la. O que as autoridades argentinas têm nos dito é que isso não deve afetar nem piorar as relações comerciais, revela. Mesmo assim, de acordo com Teixeira, é possível perceber uma visão de que a chamada Janela Única Eletrônica possa ser prejudicial às intenções da UIA. Isso porque já determinou a falta de matérias-primas e obrigou montadoras a paralisarem as atividades no País. Se houver

agilidade no processo, eu não vejo nenhum problema nisso. Acredito que o momento é de observar como a Argentina irá se organizar neste caso. Seria muito precipitado tomar medidas restritivas agora, pois o objetivo é organizar o **comércio** exterior argentino. É preciso esperar para acompanhar os resultados , defende.

A norma cria uma espécie de cadastro em que é preciso quantificar a real intenção de **importações** e funciona como uma pré-licença, anterior ao processo de concessão de autorizações para **exportações**. Segundo Teixeira, a Argentina já sinalizava que chegaria a esta resolução. Não posso comentar a tomada de posição argentina. No entanto, é preciso avaliar que eles enfrentam um problema de déficit das contas externas, principalmente na balança comercial, que é muito pesado. Em 2011 o **Brasil** registrou R\$ 5 bilhões de superávit e para a Argentina, mesmo em longo prazo, isso é impossível. Eles vão fazer o que estiver ao alcance para solucionar a questão e já disseram isso abertamente ao governo brasileiro , destaca.

Ao contrário do que foi noticiado, ele nega que o **Mdic** tenha marcado reuniões bilaterais para os próximos dias. O secretário-executivo divulga que há a previsão de um encontro no primeiro trimestre, ainda sem data definida.

Feira espera vendas superiores a R\$ 700 milhões

A Fenim abriu as portas com a expectativa de superar a marca de R\$ 600 milhões de 2011 e registrar vendas de R\$ 700 milhões neste ano. A organização do evento ainda espera um público de cerca de 30 mil visitantes até a próxima sexta-feira. O principal termômetro, segundo o diretor da Fenim e da Expovest, Julio Vianna, é a superlotação dos hotéis, com mais de 11 mil leitos reservados.

Vianna ressalta que o setor enfrentou dificuldades ao longo do segundo semestre do ano passado, com quedas no consumo e na demanda das indústrias. Até em função disso, a perspectiva para a Fenim 2012 é bastante positiva. Isso porque a previsão é de que os estoques estejam zerados e agora é o momento de fazer a reposição para a temporada de inverno , avalia.

Para o diretor, a feira é **importante** para a realização de encontros de negócios. Ao todo são 1.800 marcas nacionais em exposição no do Centro de Eventos Serra Park. Além disso, 120 marcas exclusivas da região Sul do País também estão em evidência. O melhor é trabalhar o lado institucional e vender a filosofia da empresa. Mesmo assim é possível vender. Entretanto, o filé da participação acontece na pós-feira, que não pode ser calculado, mas deve superar em duas vezes o faturamento registrado ao longo do evento. A grande vantagem é alinhar os negócios , atesta.